

## **DE ATENAS A PATALIPUTRA: HISTORIOGRAFIA SOBRE CONTATOS ENTRE GREGOS E INDIANOS DURANTE O PERÍODO HELENÍSTICO**

Ezequiel Martin Parra<sup>1</sup>

### **Resumo**

O período helenístico tem sido considerado o momento em que as relações e trocas culturais entre gregos e indianos atingiram um nível de intensidade e complexidade nunca antes vistos. Não é de surpreender, portanto, que os historiadores do século passado tenham prestado atenção especial a essa interação cultural. No entanto, as maneiras pelas quais essa interação cultural foi interpretada variaram, e uma das causas é a influência do contexto social e político contemporâneo sobre os próprios acadêmicos. Neste artigo, propomos a identificação de dois momentos e paradigmas historiográficos no século XX. O primeiro foi influenciado pelo discurso e práticas colonialistas, e o segundo surgiu como uma resposta nacionalista contra o imperialismo. Através da análise dos trabalhos de três autores - W. W. Tarn, A. K. Narain e J. Nehru - tentamos demonstrar que, além das claras diferenças entre os dois momentos, existe uma concepção comum de cultura que levou a conclusões muito semelhantes.

### **Palavras chave**

Historiografia; Helenismo; Grécia Antiga; Índia Antiga; colonialismo; nacionalismo

---

<sup>1</sup>Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

## **Abstract**

The Hellenistic period has been regarded as the moment when relations and cultural exchanges between ancient Greeks and Indians reached a level of intensity and complexity never seen before. It does not surprise, subsequently, that historians during the last century paid extreme attention to this cultural interaction. However, the ways it was comprehended varied, and one of the causes was the influence of contemporary political and social context over scholars. In this article, we propose the identification of two main historiographical moments or paradigms in the 20<sup>th</sup> century. The first one was influenced by colonial discourse and practices and the second emerged as a nationalist claim against imperialism. Through an analysis of the works of three authors – W. W. Tarn, A. K. Narain and J. Nehru– we attempt to show that, behind the clear differences between both moments, there is a common conception of culture that conduced them to very similar conclusions.

## **Keywords**

Historiography; Hellenism; Ancient Greece; Ancient India; colonialism; nationalism.

A Índia e seus habitantes eram conhecidos pelos gregos desde pelo menos o século V a.C., e foi Heródoto quem nos legou um dos primeiros testemunhos disso. Podemos assumir, por sua vez, que os indianos também sabiam algo sobre a Grécia. Hoje sabemos que os contatos entre os dois povos se estenderam por toda a Antiguidade (Singh, 2005: 8). Dito isto, deve-se esclarecer que a intensidade desses contatos e o conhecimento efetivo que eles tinham um do outro variaram ao longo do tempo: em sua História (3, 98-106), as informações oferecidas são imprecisas e, comparadas com as que se referem a outros povos, a digressão sobre a Índia é breve.

Portanto, a história como disciplina concentrou-se principalmente no momento em que essas relações se intensificaram, em que os rostos indiano e grego foram realmente vistos, ou seja, no período helenístico, entre a morte de Alexandre, o Grande (323 a.C.) e o suicídio de Cleópatra VII (30 a.C.), de acordo com referências tradicionais. Não é que, além dessa data, os contatos tenham cessado, pelo contrário: o mundo greco-romano e o subcontinente indiano estabeleceram laços muito próximos, principalmente os comerciais<sup>2</sup>. Por um lado, esse interesse pelo helenismo na Índia é, obviamente, baseado na profusão documental que surgiu naquele período, que explica as relações múltiplas e frutíferas que ambos os povos estabeleceram. Por outro lado, a historiografia considerou desde o início a chegada de Alexandre, o Grande, à Índia, como um ponto de flexão nesse *continuum* de contatos, pois parece ter aberto as portas para relações mais estáveis e regulares, mas acima de tudo mais diretas, entre Oeste greco-romano e Índia (e, até então, era o Império Aquemênida que atuava como intermediário). Também abre um período de sucessivas mudanças políticas na própria Índia que, no entanto, não impediriam a continuidade de tais contatos: o estabelecimento e o declínio dos Maurya (com capital em Pataliputra) em III a.C., independência dos reinos indo-gregos de Bactria e sua expansão para o Ganges em II a.C., depois uma nova dinastia em Magadha, a formação do reino parto entre a Índia e a Mesopotâmia, a chegada de grupos nômades da língua indo-européia ao longo da Rota da Seda ... (Wulff Alonso, 2015: 216-217).

Entretanto, as reflexões e considerações sobre o alcance e a natureza de tais contatos variam desde o início do século XX (quando a história, consolidada como ciência social, volta sua atenção para essa questão) até hoje. Pretendemos aqui dar uma olhada nos principais aspectos dessas

---

<sup>2</sup> Veja por exemplo, Tomber, B. (2008). *Indo-Roman Trade: from Pots to Pepper*.

transformações que, sem dúvida, deixaram sua marca nos estudos da antiguidade indiana.

Para começar, é necessário entender que, durante muito tempo, no estudo das relações Índia-Grécia, entendidas em termos de Oriente-Occidente, prevaleceu um paradigma que deveríamos chamar de colonialista. As produções mais marcantes da época vieram de estudiosos nascidos nas grandes potências coloniais do início do século XX e estavam imbuídas do discurso que podemos chamar de racista, com o qual esses sujeitos foram formados<sup>3</sup>. A Índia, como nação subjugada pelo domínio britânico, pouco ou nada poderia contribuir para a reflexão de seu próprio passado.

A situação mudou quando, pouco antes da independência do país, em 1947, surgiu uma geração de acadêmicos nativos e nacionalistas, influenciados pela descolonização que estava ocorrendo globalmente (recordemos que após a Segunda Guerra o mundo começa os processos de desarticulação dos impérios coloniais na África e na Ásia). As novas propostas que partiram desses grupos foram uma resposta direta às proposições colonialistas do paradigma anterior. Como desenvolveremos mais adiante, houve um confronto real entre as duas correntes historiográficas, uma vez que a segunda surge como uma resposta à primeira. Ilustraremos o debate através de alguns de seus representantes e idéias mais importantes: W. Tarn, A. K. Narain e J. Nehru.

Assim, nosso trabalho busca analisar as três posições historiográficas mencionadas acima sobre a questão dos contatos entre gregos e indianos durante o período helenístico. Vamos prestar atenção fundamentalmente a um recorte temporal que vai da ascensão ao poder de Chandragupta em 321 a.C. e a fundação do Império Maurya, até aproximadamente 10 a.C., quando o reino indo-grego perde definitivamente sua independência (Narain, 1957: 128). Consideramos que a data é um limite significativo para os objetivos de nosso trabalho, uma vez que quase coincide com o final do período helenístico. Além disso, o período escolhido acaba sendo o momento em que as interações interculturais são mais frutíferas (Singh, 2005: 9). Considerar também o período romano no Ocidente seria arriscado, pois implica trabalhar com uma realidade política

---

<sup>3</sup> Vale esclarecer, no entanto, que as primeiras produções sobre a Índia, que mostraram um amplo interesse pela cultura sânscrita e védica, tinham um olhar muito mais favorável para o povo indiano. No entanto, esse momento historiográfico escapa aos limites deste trabalho.

completamente diferente, a de um único império unificado cujo centro fica mais a oeste, no Mediterrâneo.

### **Colonialismo e pós-colonialismo no presente e no passado**

Desde o momento em que a Companhia Britânica das Índias Orientais estabeleceu uma base segura em Bengala por volta da década de 1770 e gradualmente se transformou em um governo colonial, havia um interesse em entender a história e a cultura dos novos súditos da Coroa (Fauconnier, 2015: 134). Assim, se quiséssemos fazer um tour pela historiografia colonialista que o governo britânico gerou durante sua permanência na Índia, teríamos que contemplar quase dois séculos de estudos. Isso foge ao objetivo deste trabalho. Consequentemente, focalizaremos as produções posteriores a 1900, quando o imperialismo britânico atingiu seu apogeu após a coroação da rainha Vitória como imperatriz da Índia. É nessa época que, junto com as demais estruturas coloniais, esse discurso é consolidado e hegemônico. Nele, conhecimento e poder se unem intrinsecamente.

Segundo H. K. Bhabha (1983: 23), o discurso colonial é fundamentalmente um aparato de poder baseado no reconhecimento e exploração de diferenças raciais, culturais e históricas. Seu objetivo é criar “povos subjugados” por meio da produção de conhecimento que permita o monitoramento e a vigilância deles. Em outras palavras, o objetivo do discurso colonial é construir os colonizados como uma população de tipos degenerados devido à sua origem racial ou cultural, justificando-se a conquista e estabelecendo sistemas de administração e instrução. Em termos mais específicos, o discurso colonial contribui para o posicionamento de ocidentais e não ocidentais em condições desiguais, o que, por sua vez, é a razão da suposta superioridade do acadêmico ocidental (especialmente o antropólogo) para estudar o povo subjugado, uma superioridade psicológica e intelectual (Lewis, 1973: 582). Dessa maneira, são eles que produzem o conhecimento necessário para uma dominação efetiva. Justifica, portanto, a imposição do Ocidente.

Com esse discurso, cresceram várias gerações de homens europeus e colonizadores, que o apropriaram, construíram e reproduziram. Estamos interessados aqui na transferência de tal discurso para a área da história antiga. Havia claramente um jogo de equivalências no qual Grécia-Occidente-Grã-Bretanha formava um trinômio e a Índia antiga-Oriente-

Índia contemporânea formava outro. A identificação do passado greco-romano com espírito e missão ocidentais tem sido um assunto bem estudado nas reflexões historiográficas modernas. Trata-se dos usos e abusos que foram feitos no passado. Para reforçar esse argumento, basta destacar que a elite britânica foi criada com os clássicos greco-romanos e que era lógico recorrer à antiguidade clássica em busca de exemplos que os guiassem no presente, ou seja, justificassem o colonialismo através de uma suposta superioridade do que era percebido como a civilização ocidental, que afundou suas raízes mais remotas na Grécia e cujas ramificações mais recentes foram o imperialismo do século XIX (Fauconnier, 2015: 140).

No que diz respeito ao período helenístico, era comum considerá-lo uma profunda renovação para a Índia devido à chegada dos gregos-macedônios. Isso se desenvolveu a partir de ideias racistas pertencentes àquele paradigma historiográfico colonialista (Wulff Alonso, 2015: 232-233), que considerou, em primeiro lugar, a existência de raças ativas, criativas e com capacidade de história (como gregos, romanos ou teutões) e outras regressivas, passivas, destrutivas e estáticas, de acordo com os termos de Lord Acton e, em geral, todo o pensamento liberal britânico do século XIX. Essa perspectiva alimentou a maneira como a história antiga da Índia foi estudada durante o mandato britânico. A ideia mais frequente era que os invasores arianos, um povo ativo, haviam definido o verdadeiro espírito da Índia, expresso no hinduísmo, mas que, quando misturados com os falantes nativos das línguas drávidas, perderam esses traços e sucumbiram à passividade desses povos. Desnecessário dizer que essa perspectiva ignorou completamente a complexidade e a multiplicidade étnica que caracterizavam a história da região. Com base nisso, a chegada de Alexandre foi interpretada como um verdadeiro ato de heroicidade: o grande conquistador trouxe a cultura e o império grego do Ocidente (Fauconnier, 2015: 142). A Grécia era, no pensamento europeu do momento, o epítome da civilização, e o tópico do milagre grego ocupava o pano de fundo de todas as pesquisas. A Grécia se tornou não apenas um ideal em si, mas uma ferramenta de comparação para medir a civilização de um povo. Como consequência, as relações entre gregos e indianos eram bastante desequilibradas. A unificação territorial realizada por Chandragupta no final do século IV a.C. era lida como uma difusão da ideia de império trazida por Alexandre e a expansão dos reinos bactrianos posteriores, como um sinal da superioridade político-militar dos gregos sobre os nativos. O Período Helenístico foi entendido, sob essa perspectiva,

como o início de um processo civilizatório na Índia, por meio de uma difusão cultural que, eventualmente, teve poucos sucessos permanentes e não podia com a barbárie nativa. A tarefa inacabada, então, estava nas mãos dos europeus, especialmente dos britânicos ...

Como podemos ver, essa visão historiográfica, acabada de descrever, era orientalizante, essencialista e eurocêntrica (Pakrash, 1990: 383-384), contra a qual surgiu um paradigma. A partir dos anos 30 do século passado, surge uma nova geração de historiadores, nascidos na própria Índia e alheios aos líderes britânicos, que inauguram um período nacionalista da historiografia indiana. O que eles procuravam eram as origens do Estado-nação, o que eles tanto queriam construir em seu presente e, como Romila Thapar apontou na época, era importante que essa corrente declarasse que tudo de bom na Índia (idéias políticas, espiritualidade, arte) tinha uma origem completamente nativa<sup>4</sup>. A partir dessas premissas, o que esses historiadores nacionalistas alcançaram foi uma cópia inversa, um espelho do paradigma colonialista. De fato, eles repetiram muitos de seus defeitos: por exemplo, consideraram que havia uma verdadeira cultura indiana (hindu)<sup>5</sup> e deixaram de lado a multidão de etnias e culturas que habitavam o território (Wulff Alonso, 2015: 229). A "nação indiana" sempre existiu e, para as necessidades do momento (os anos 40 e 50), era necessário apenas acordá-la. É preciso lhes dar um crédito: a desconstrução da ideia de que todas as coisas boas da civilização vieram da Grécia. A partir de todas essas considerações, a definição de historiografia nacionalista não é fácil, pois contém perspectivas, tendências e ideologias diferentes e, afinal, uma história nacionalista não precisa necessariamente ser uma propaganda ou uma história de charlatães (Fauconnier, 2015: 150).

A antiguidade ocupava um lugar especial nessas reflexões. "O nacionalismo foi transferido para o século IV a.C.", diz Thapar (2002: 17) em referência às novas considerações sobre o período de trocas aberto por Alexandre, o Grande, que então teria chegado apenas para perturbar e invadir a nação indiana. A cultura védica ariana era vista como o fundamento da civilização indiana, que perdurou sem interrupção desde o segundo milênio antes de nossa era. As origens locais ganharam ênfase e várias conquistas do passado foram resgatadas, um passado que começava

---

<sup>4</sup> Citado em Pakrash (1990: 388).

<sup>5</sup> Uma exceção importante: Nehru, que defendia a ideia de diversidade na Índia, e considerou em seus escritos que uma Índia hindu não era desejável (Pakrash, 1990: 389).

a representar uma "era de ouro", pré-requisito para qualquer reivindicação de civilização (a versão ocidental deveria se referir ao passado clássico). O avanço cultural foi medido em termos de arte, literatura e filosofia, e pouca atenção foi dada à realidade social. Sânscrito e hinduísmo tornaram-se sinônimos de uma cultura superior. Ao mesmo tempo, como já dissemos, foram feitas tentativas para provar que nenhuma parte da cultura indiana derivava do grego, e que a cultura da Índia não era paralela (nem haveria motivo para ser) à da Grécia (Thapar, 2002: 17-19). Uma consequência dessas premissas foi a criação de uma cronologia própria e única da história indiana, dividida em três grandes períodos: hindu, muçulmano, britânico (em correlação com a antiguidade, idade média, modernidade).

É interessante notar que, em relação a Alexandre e sua chegada à Índia, a interpretação também mudou. Ele não era mais o rei civilizador, portador de um estilo de vida superior – o grego –, era um invasor com todas as letras. Um conquistador que, no entanto, falhou em sua tentativa de subjugar a Índia. Chandragupta e seu reino foram considerados, então, como a reação, a defesa de uma nação contra os anseios imperialistas macedônicos, a primeira tentativa bem-sucedida de unir um povo politicamente para enfrentar o inimigo estrangeiro (Fauconnier, 2015: 150). Os usos políticos que esse discurso poderia ter eram muitos, se levarmos em conta que ele foi forjado em pleno movimento de independência.

Dando uma olhada retrospectiva nos dois paradigmas, observamos que o jogo entre o presente e o passado foi uma dinâmica permanente para a interpretação histórica. A afirmação de Croce de que toda a história é história contemporânea (Croce, 1920: 5) faz todo sentido aqui. Porém, antes de analisar exemplos específicos desses paradigmas, é necessária uma palavra sobre a consideração dos contatos culturais que ambos tiveram. De que modo interpretou-se o encontro de indianos e gregos?

Para começar, durante o século XX e até a década de 1970, as concepções de cultura e identidade podem ser identificadas com certos tipos de essencialismo (Grimson, 2011: 58-59): primeiro o racismo e, após a Segunda Guerra Mundial, o culturalismo. Embora o segundo tenha surgido como resposta ao primeiro e, de certa forma, eles sejam opostos, na realidade, a racionalidade de ambos os une intrinsecamente. De fato, enquanto a ideia de raça classifica os seres humanos de acordo com a biologia, imutabilidade e hierarquia, o conceito de cultura os classifica a partir da vida social e da historicidade. Concebida, entretanto, como uma realidade objetiva, fechada, dada e coerente, a cultura simplesmente passou a

desempenhar a função de uma categoria de classificação que a raça não podia mais cumprir (Grimson, 2011: 62). Sob essas premissas, cultura e raça são duas categorias que se referem a realidades fechadas, imutáveis e homogêneas. Sob essas perspectivas gerais, tanto o paradigma colonialista como boa parte do nacionalista estavam alinhados, mas cada um defendia posições opostas sobre como os encontros entre a cultura grega e a indiana deveriam ser entendidos. Os acadêmicos do início do século defendiam a noção de uma imposição do grego, uma conquista cultural (que finalmente fracassou)<sup>6</sup>; por outro lado, os nacionalistas indianos levantaram a questão a partir da perspectiva da resistência, da rejeição de tal conquista e da imutabilidade do indiano (ou hindu, que para esse raciocínio eram termos equivalentes, como vimos). Conquista em primeiro lugar, resistência e imutabilidade depois, são termos que são entendidos à luz do contexto de produção dos historiadores que os usaram.

### Três casos de debate

Antes de tudo, é necessário considerar contexto. Três estados nos interessam aqui, o Império Maurya, o Reino Greco-Bactriano e o Reino Indo-Grego. O primeiro foi fundado por Chandragupta Maurya por volta de 321 a.C. e um de seus maiores expoentes foi Ashoka. O que mais chama a atenção em relação ao império foi sua capacidade de unir grande parte do subcontinente indiano. O ponto de partida foi a aquisição do trono de Magadha, a partir do qual começou a expansão que proporcionou, aos sucessores de Alexandre, importantes territórios atualmente localizados no leste do Afeganistão, Baluchistão e Makran (Thapar, 2002: 176). Em 303 a.C., os avanços nessa direção diminuíram após um tratado com o Império Selêucida, estabelecendo uma fronteira que permaneceria mais ou menos fixa nas próximas décadas. Em 232 a.C. morreu Ashoka, com quem os Mauryas atingiram seu pico territorial e, um pouco antes, começaram a decomposição do império. As áreas do noroeste foram perdidas para os

---

<sup>6</sup> O termo fracasso não deve nos confundir. A incapacidade dos gregos de helenizar os indianos e outros asiáticos por completo não equivale à derrota do Ocidente. De qualquer forma, deve ser entendido como uma consequência de dois fenômenos: os gregos não estavam preparados para lidar com a Ásia e tudo o que isso significa em termos culturais (o que não significa que os sucessores dos gregos - leia-se britânicos - não pudessem fazê-lo); e, em segundo lugar, a barbárie e o atraso orientais eram de tal ordem que um punhado de gregos, tão distantes de sua terra natal, não podiam e não sabiam como preservar sua cultura e acabaram sendo engolidos, nas palavras de Tarn (1927: 1963), pela maré asiática.

gregos de Bactria (entre o Hindu Kush e o Oxus), que se rebelaram contra o governo do selêucida Antíoco II e estabeleceram um reino forte e independente. No entanto, o confronto com Antíoco III significaria a perda de territórios importantes no leste e o início de uma série de convulsões internas que acabariam com o reino em meados do século II a.C. (na mesma época, o Império Maurya também cairia). Como resultado desse abalo, Demétrio, filho de um rei greco-bactriano, se separou de Bactria e marchou com suas tropas para o sudoeste do Hindu Kush, onde obteve sucesso adquirindo um território, base do reino indo-grego. Eventualmente, os indo-gregos dominariam todo o Punjab e haveria ataques à planície oriental do Ganges. Talvez o mais famoso dos reis dessa nova entidade política tenha sido Menandro, Milinda segundo atestam os textos budistas (Thapar, 2002: 216-217). Os historiadores atuais tendem a ver esse reino mais do que como uma unidade política, um conglomerado de dinastias que ocasionalmente se uniam sob a égide dos mais fortes. No entanto, os indo-gregos desapareceram por volta de 10 a.C. pela invasão dos indocitas.

Que este breve resumo da história política da região sirva de base para a análise dos argumentos apresentados pelos três historiadores nos quais focaremos: Tarn, Narain e Nehru.

W.W. Tarn (1869-1957) foi um acadêmico britânico cujas obras são fortemente focadas no período helenístico, especialmente no estudo do oriente do ecúmeno grego, o que o levou a escrever trabalhos já clássicos sobre o assunto, como a *Hellenistic Civilisation* (1927) e, particularmente de nosso interesse, *The Greeks In Bactria And India* (1938). Neste último, o que o autor pretende analisar é o domínio grego no Oriente Médio e na Índia. Avançando pelos principais eventos políticos, em ordem cronológica, Tarn nos apresenta sucessivamente o reino Bactria e Indo-Grego para acabar com as invasões nômades. Em meio a essa história "acontecimental", revelam-se reflexões sobre a sociedade, a economia e a cultura que são especialmente competentes.

Um dos primeiros pontos interessantes que Tarn levanta é sobre o Império Maurya. Diferentemente dos historiadores nacionalistas que o seguiriam, Tarn entende que o esforço dos mauryanos para unificar a Índia foi um fracasso e que pouco ou nada fizeram para incentivar o surgimento de uma "consciência nacional", tarefa dificultada pela abundância dos povos e culturas do território (Tarn, 1938: p. 129). As entidades políticas que unificaram com sucesso parte da Índia foram os estados helenísticos que já

mencionamos. Ele chama esse processo de conquista grega. Desde o início, adverte que a conquista não tem o significado usual para ele. Esse uso corrente pode ser aplicado às ações de Alexandre, que abriram caminho em um território hostil. Contudo, essa conquista fracassou e, sete anos após sua morte, nenhuma de suas realizações perdurou, em nenhum aspecto da realidade social (Tarn, 1938: p. 167).

A conquista a que ele se refere é a entrada dos gregos na Índia, não como inimigos, mas como "salvadores", em um contexto em que os líderes locais do hinduísmo e do budismo se enfrentavam. É preciso lembrar que durante o governo de Ashoka o budismo desfrutou de alta estima e seus seguidores se multiplicaram. Sentindo falta do rei, os brâmanes, que há muito se opunham a Alexandre o Grande, queriam reconstruir sua autoridade, pressionando os budistas pelo caminho. Segundo Tarn, os budistas encontraram um aliado nos gregos, que eram chamados de *yavanas* (*yonas/yonakas*), especialmente em Demetrio. Não é que os monarcas helenísticos preferissem uma religião a outra, os brâmanes eram menos inimigos espirituais do que temporários e políticos, inimigos que, conseqüentemente, tiveram que ser derrotados. E assim foi. O avanço grego foi rápido justamente porque a resistência nativa era baixa e o apoio numeroso (Tarn, 1938: 177-180). No entanto, o resultado foi o reino indo-grego, caracterizado pela "comunhão entre gregos e índios", onde o rei não era "um rei grego de súditos indianos, mas um rei indiano como grego, chefe de ambas as raças" (Tarn, 1938: 181).

O reino não poderia ser grego, no sentido étnico. Os gregos não eram numerosos e os reis não tinham a capacidade de empreender um plano colonizador, assim como os selêucidas no Oriente Médio e os ptolomeus no Egito. É verdade que a burocracia grega das cidades, especialmente aquelas poucas *póleis* gregas verdadeiras (como Taxila e Alexandria, no Indo), e alguns assentamentos militares formaram a base do domínio desses monarcas. Mas igualmente importantes eram o exército misto e outros elementos nativos favoráveis. É por isso que a subsistência do reino dependia amplamente da cooperação amigável entre ambas as partes, e muitas vezes as estruturas nativas eram mantidas inalteradas (Tarn, 1938: 258-259). Trata-se, nas palavras do autor, um fenômeno sem precedentes e sem repetição no mundo helenístico, com o qual nem Alexandre, o Grande, poderia ter sonhado. Esse reino era, na verdade, um reino indiano com uma pequena elite política grega. Entretanto, o domínio sobre os nativos

não era uma tarefa complicada, pois era uma massa de povos desunidos entre si e sem consciência nacional (Tarn, 1938: 260).

No momento de tirar suas conclusões sobre a interação entre os dois povos, Tarn diz: "dois povos não podem viver no mesmo país por um período considerável de tempo sem uma certa quantidade de empréstimos mútuos" (Tarn, 1938: 375). No entanto, esses empréstimos, especialmente na direção greco-indiana, não eram duráveis. O mais notável foram algumas novas palavras para sânscrito e alguns motivos literários. "A civilização indiana era forte o suficiente para lidar com a civilização grega, exceto na esfera religiosa, onde evidentemente não era forte o suficiente para influenciá-la, como a religião babilônica poderia". Ele então enfatiza que os gregos nunca voluntariamente helenizaram os índios, como se fosse um plano de ação sistemático. Os gregos que chegaram à Índia tinham outros interesses, mais mundanos e imediatos. Portanto, em termos gerais, os dois povos se limitaram a viver lado a lado em bons termos (Tarn, 1938: 376). De fato, parece que as considerações dos gregos em relação aos indianos responderam à idéia de que eles estavam entre os melhores bárbaros que haviam encontrado, e foi por isso que eles mantiveram certo interesse pela cultura nativa e, algo incomum entre os reinos helenísticos, vários gregos aprenderam as línguas locais.

Se as contribuições da cultura indiana ao grego, entendidas em um sentido mais global, eram desprezíveis, como acabamos de mencionar, essas contribuições sofridas pelos gregos que viviam em território indiano, praticamente isoladas do resto, eram mais profundas. De fato, Tarn percebe que, desde o início do século I a.C., os gregos estavam sendo "indianizados" (Tarn, 1938: 104 e 309). É, no entanto, uma conclusão provisória, devido à falta de fontes das cidades, onde o contato foi sem dúvida maior. As causas deste processo de indianização foram, primeiro e em menor grau, casamentos mistos, mas mais importante ainda, o fato de os gregos viverem entre os indianos desde a infância. Em um parágrafo revelador, Tarn compara as crianças gregas com as dos colonizadores durante o mandato britânico: "As crianças britânicas não são trazidas para a Índia hoje, não tanto porque não podem ser bem educadas, mas porque há uma tendência que, nesse período de impressionabilidade, algumas das características nativas as enfraquecem e podem ter uma mentalidade mais parecida com a dos indianos, e não exatamente o melhor tipo de indiano. Continue esse processo por várias gerações entre os gregos e a indianização

resultante é óbvia.” (Tarn, 1938: 391). Os gregos teriam desaparecido porque se tornaram indianos.

Esses são os principais argumentos de Tarn sobre o contato cultural. O que podemos dizer sobre eles? Em primeiro lugar, que o autor responde em boa parte aos princípios impostos pelo discurso colonialista e que, ao desenvolver seu ponto de vista, é possível fazer um paralelo entre a história antiga e a contemporânea. A visão do encontro entre as culturas como um choque está presente em toda a sua obra, mas de maneira problematizada e complexa. Ao elevar as diferenças entre grupos favoráveis aos gregos (budistas, fundamentalmente) e outros oponentes nacionalistas (os brâmanes), ele aponta para a noção da necessidade de cooperação entre culturas para maior benefício de ambos. Nesse sentido, os dois reinos helenísticos, o primeiro de Bactria e depois o indo-grego, são colocados como fenômenos únicos na história do helenismo e até da humanidade. Eles são apresentados como a conquista de um império como Alexandre supostamente o havia criado: não de matiz grega, mas baseado na coexistência e apoio mútuo das culturas nativas e da helena (Tarn, 1938: 412). Se os ptolomeus, os atálidas e os selêucidas falharam, os descendentes de Demétrio alcançaram o triunfo, um triunfo político, antes de mais nada, porque a fusão efetiva de culturas nunca foi concluída, nem mesmo buscada. Não nos confundamos, não é que, ao falar sobre imperialismo, Tarn proponha a necessidade de os conquistadores se misturarem com os conquistados e os mimetizarem em um sentido cultural, muito menos (de fato, isso contradiz o modelo britânico de império que o autor vive e entende na sua contemporaneidade). Não é uma necessidade para o triunfo do próprio imperialismo. Por outro lado, parece significar que, para que a empresa imperial se concretize, é necessária cooperação política dos conquistados que, a longo prazo, pelos benefícios da conquista, podem ser entendidos como salvos, ajudados, libertados (talvez de despotismo oriental). Os reinos que emergiram das incursões gregas teriam sido fortes e prósperos, e são o exemplo perfeito para justificar o avanço do Ocidente sobre o Oriente. A Grã-Bretanha, que governa a Índia, mostra o autor, é um projeto que pode ser o mais afortunado de todos.

Mas por que o sonho de Alexandre falhou? Por que os reinos enfraqueceram e caíram? Por que os gregos desapareceram da Índia? Por

que a cultura grega foi empurrada para fora do Oriente mais uma vez?<sup>7</sup> Poderíamos identificar vários fenômenos: o isolamento grego, a distância da pátria, o pequeno número da população de Helena, a resistência nacionalista indiana ... Mas todos apontam para o mesmo lugar, e trata-se do sentido cultural de conquista. Porque se os gregos foram capazes de assumir o controle da Índia, eles nunca se submeteram à sua cultura. Isso era necessário? Tarn não sugere tal coisa: como dissemos, o bom império multicultural depende acima de tudo da cooperação política, não da mistura cultural. De fato, durante o reinado de Menandro, a cooperação indo-grega foi de tal ordem que uma pequena elite helena poderia dominar uma vasta maioria indiana sem nenhum problema. Mas aqui Tarn apresenta a ameaça e a chave para entender o fracasso desses reinos, e ela passa pelo campo dos aspectos culturais. Os gregos não podiam se manter gregos. Eles deveriam ter feito isso, mas não puderam, por causa de seu número, isolamento etc. A distância cultural que os mantinha separados de seus súditos foi diminuindo progressivamente, e esse foi o problema, porque deu origem a um processo de indianização. Esse raciocínio lembra um advertência para os britânicos que chegariam à Índia muitos séculos depois: a reflexão sobre os filhos dos colonizadores deixa isso claro. A mensagem é que a cooperação é fundamental, mas a distância entre conquistadores e conquistados deve ser mantida a todo custo, uma idéia que poderia nos remeter à conservação da pureza cultural (e racial), embora Tarn nunca fale nesses termos, mas fale de *stocks*).

A obra de Tarn tem sido tão importante no estudo desses reinos helenísticos que, e até hoje, tem sido uma leitura obrigatória para todos os interessados, apesar das limitações que sofrem (muitas das quais o autor está ciente) A corrente nacionalista da historiografia indiana também recorreu a Tarn em suas numerosas e frutíferas obras, mas ela o fez, em grande parte, para complementá-la, criticá-la ou até mesmo desacreditá-la. Talvez o debate mais emblemático de tais discussões tenha sido o estabelecido por Awadh Kishore Narain, que escreveu *The Indo-Greeks* (1957) como uma resposta direta a Tarn. Embora esse debate seja extremamente ilustrativo para mostrar os confrontos entre dois paradigmas, duas maneiras de escrever história, a verdade é que, para os propósitos de nosso trabalho, o que pode chegar a nós é muito pouco. Narain não explica a questão dos contatos entre gregos e índios. Suas

---

<sup>7</sup> De fato, o fracasso do helenismo na Índia não é uma abordagem estranha ao restante do trabalho de Tarn. Um processo comparável acabou acontecendo de acordo com o autor no Oriente Médio, com a queda do Império Seléucida.

críticas a Tarn vão para o lado das fontes, sua interpretação e seus contextos, dando uma enorme contribuição do ponto de vista da numismática. Portanto, embora possamos perceber algumas de suas ideias, no geral muito interessantes, nos referiremos a outro autor, também nacionalista.

O elemento mais importante que Narain pode nos oferecer é encontrado nas primeiras páginas de seu trabalho. No prólogo, ele nos adverte que se trata de um estudo político e não cultural. A primeira coisa que o autor faz é um relato da presença grega pré-alexandrina na Índia, com a qual ele tenta romper, em certo sentido, a idéia de que os contatos só ocorreram depois que o conquistador entrou na região (Narain, 1957: 3). 4) Com isso, ele dá um pequeno golpe na própria noção do período helenístico como encontro entre o Oriente e o Ocidente, mas o verdadeiro ataque é encontrado mais tarde: a história dos reinos greco-bactriano e indo-grego não faz parte da história do helenismo, mas da história da Índia. Tarn havia proclamado que a trilha que esses estados haviam deixado no subcontinente havia sido tão pequena e insignificante, que a importância de tais estados só poderia ser entendida em relação ao resto da história da Grécia. Narain levanta o oposto: as forças políticas que forjaram esses reinos eram fundamentalmente indianas, e sua importância histórica não pode ser deixada de fora do desenvolvimento dessa civilização (Narain, 1957: 10). Isso poderia ser interpretado como uma reivindicação a favor da Índia, feita por Narain, da história dessas sociedades. A dissociação entre a história do Oriente e a do Ocidente é clara aqui e faz parte dos esforços para descolonizar o pensamento empreendido pelos historiadores nacionalistas.

Por outro lado, Narain proclama que não havia verdadeiro domínio grego, porque mesmo após a morte de Alexandre, seu controle sobre a Índia desapareceu. Os "conquistadores" foram mais influenciados pela política, religião e modo de vida nativos do que pelos valores de sua terra natal. "Eles vieram, viram, mas a Índia venceu" (Narain, 1957: 11).

Narain pode nos oferecer um pouco mais para o nosso caso, mas há uma figura emblemática na história da Índia que expõe idéias muito importantes e, de certa forma, lançou as bases para a historiografia nacionalista que se seguiu. Jawaharal Nehru, o terceiro autor discutido aqui, era um político, não um historiador, mas seus ensaios reunidos em *The Discovery of India* (2008 [1946]) são, sem dúvida, parte do paradigma

pós-colonialista e são considerados uma das contribuições mais importantes para a história do país.

A questão norteadora do livro é "o que é a Índia?", e ela mesma nos dá a orientação que é considerada uma realidade única. De fato, a apresentação dos fatos e processos é dada a partir de uma compreensão linear do desenvolvimento da civilização indiana, com uma leitura certamente teleológica dos eventos (Nehru, 2008: 49-51). Não é que as mudanças sejam negadas, mas, diz Nehru, por trás de todo esse desenvolvimento parece haver algo, uma força, um pensamento que durou quase cinco mil anos. Tampouco foi um desenvolvimento contínuo: de fato, houve vários interlúdios, como o domínio britânico. O que Nehru procura, a julgar por suas palavras, é o espírito indiano intangível. O nacionalismo que vê ressurgimento no presente é sobre isso, o despertar de uma verdade adormecida, mas que está viva há milênios. Análogo foi o que aconteceu quando Chandragupta estabeleceu seu império após a morte de Alexandre: ao expulsar o invasor grego, ele despertou aquele grito nacionalista adormecido pela conquista (Nehru, 2008: 123).

O período que se inaugurou então foi o da sucessão de dinastias e reinos poderosos, mas efêmeros (como os gregos), e da chegada de novos invasores estrangeiros. Nehru não parece considerar que os gregos tiveram uma influência maior do que o resto dos indianos. Mas todas essas invasões fizeram com que o nacionalismo indiano permanecesse do lado da resistência às culturas estrangeiras, e ficou na defensiva por um longo tempo: foi então que o brahmanismo se tornou um símbolo nacional dessa defesa cultural (Nehru, 2008: 137-138). Em suma, a resistência da Índia era óbvia e triunfou. Ao longo da história, declara Nehru, que a resistência foi expressa de duas maneiras: guerra direta e hostil, como a travada contra as falanges de Alexandre, que foram claramente expulsas, ou a absorção de seus inimigos em seu seio, tornando-os indianos, como aconteceu com os bactrianos e os indo-gregos (Nehru, 2008: 142).

Já em uma seção dedicada exclusivamente às relações entre a Grécia e a Índia, Nehru desacredita, em apenas uma página, a idéia de que a civilização ocidental teve suas raízes na Grécia e que algum tipo de vínculo intangível une os antigos helenos com os modernos britânicos ou estadunidenses.<sup>8</sup> "Por algum estranho processo de racionalização, a Grécia

---

<sup>8</sup> A idéia de que, palavras mais palavras menos, ainda está muito presente no pensamento ocidental.

tornou-se pai ou mãe da Europa e América modernas" (Nehru, 2008: 150-151). Embora esse vínculo possa ser descartado, é interessante contrabalançar o vínculo que Nehru faz entre a Índia antiga e o estado moderno do qual ele seria o primeiro-ministro. E ainda mais interessante, parece que há um vínculo mais forte entre a Grécia e a Índia do passado do que entre a Grécia e as potências ocidentais contemporâneas: "[...] elas eram diferentes entre si e, no entanto, eram semelhantes". Com um argumento extremamente curioso, Nehru parece reivindicar a Grécia antiga para o passado da Índia, quase fazendo um processo análogo ao realizado por estudiosos europeus para suas nações. A diferença seria então que, fundamentalmente, a história da Grécia antiga era curta e passageira; em contrapartida, o espírito da Índia ainda está presente.

Nehru continua apresentando semelhanças culturais e sociais entre a Grécia e a Índia para, em seguida, analisar completamente a questão dos contatos entre os dois povos. São ancestrais, diz ele, atestados desde os primeiros registros históricos, embora admita que o período helenístico aproximou os dois povos (Nehru, 2008: 155). Nehru enfatiza as supostas dívidas que a Grécia tem com a Índia: um Sócrates visitado por estudiosos indianos, um Platão cuja República foi inspirada pelo pensamento político hindu, um pitagorismo que afunda suas raízes mais profundas no hinduísmo ... Mas, apesar de ter havido uma influência mútua, ambas as civilizações eram fortes o suficiente para manter suas essências intactas (Nehru, 2008: 156). No entanto, ele ressalta que havia uma tendência a valorizar mais as realizações gregas, uma tendência da qual Tarn faz parte, diz ele, mas que o papel da Índia gradualmente começou a ser enfatizado. Assim, Nehru passa a dar exemplos de aspectos culturais nos quais a Índia pode ser considerada em pé de igualdade (ou mesmo superar) a Grécia: o drama, a sobrevivência e a vitalidade do sânscrito (em oposição ao grego antigo), o pensamento religioso do Budismo e filosofia indiana. Mas isso é tudo o que Nehru pode nos dizer sobre a Grécia e a Índia.

O que Nehru faz é buscar a construção de uma história fundamental para a Índia, uma vez que o esquema colonial anterior costumava fazer distinção entre povos com e sem história. Mas é, além disso, uma história independente, que pode dar conta de si mesma, sem estabelecer pontos de comparação, como fez durante muito tempo a Grécia. O esforço é para prescindir do helenismo e cunhar caracteres nacionais. E, no entanto, é interessante verificar que nessa tentativa a comparação persiste. Nehru não tenta derrubar o pedestal sobre o qual a Grécia estava para construir um

análogo onde colocar a Índia. É por isso que muitos dos erros do paradigma colonial persistem, invertidos, no nacionalista: a essencialização da Índia (criando a ilusão de homogeneidade cultural) e a noção de cultura, que seria uma realidade hermética e uniforme (o que se reflete sobre a incapacidade de ambas as culturas em gerar verdadeiras trocas duradouras). Ele também cria uma identidade de longa data, que coincide com essa cultura e existe há milênios. Sob essas condições, o contato cultural só pode ser definido como um choque de civilizações, como faziam os historiadores do colonialismo. A diferença aqui é o ponto de vista: o fracasso dos conquistadores (no nosso caso, os gregos) não é mais aprimorado, mas o triunfo da resistência nativa (os indianos): no entanto, a consequência final é a mesma, que é o desprezo pelas trocas e a redução de sua importância, após a qual persiste a ideia da impossibilidade de vincular culturalmente Oriente e Ocidente, a menos que seja pela força.

### Um exemplo final

Antes de concluir, pode ser útil destacar o contraste entre os dois sistemas de ideias aqui apresentados por meio da reflexão sobre o mesmo conjunto de documentos do período estudado. Tarn e Narain levaram isso em conta em suas obras, mas chegaram a conclusões completamente diferentes.

No final do século XIX, foram encontrados nas cavernas esculpidas nas rochas de Nasik, Karla e Junnar, localizada no oeste da Índia, uma série de nove inscrições que registram a doação de bens religiosos ao complexo de templos que funcionava nessas cavernas. Os nove doadores têm nomes indianos, mas oito se autodenominam *yavana*, ou seja, gregos e o outro, *yonaka* (derivado do outro termo).

Tarn, contra uma certa tradição, se recusa a acreditar que esses personagens foram realmente de origem grega e adotaram nomes indianos. “E isso é senso comum; o conquistador não adota a nomenclatura do dominado” (Tarn, 1938: 255). Tal fenômeno poderia ter acontecido, diz ele, se fossem indivíduos humildes, mas esses doadores são todos ricos. O importante é, então, determinar por que certos indianos decidiram adotar o nome dos gregos. Para Tarn, a questão é política e não cultural: não seriam indianos helenizados, mas indianos que pertenciam à comunidade política de uma polis grega, ou seja, eram cidadãos e assumiam seus deveres como tais (Tarn, 1938: 256). O argumento nessa direção é reforçado

pelo fato de que, para Tarn, a palavra *yonaka* designa uma posição específica na administração do reino. O Conselho do rei Menandro era composto por 500 yonakas, que podem ser facilmente comparados a qualquer outro conselho ou tribunal de um rei helenístico (Tarn, 1938: 418).

O interesse de Tarn sobre essas inscrições se torna mais claro se considerarmos que remontam ao início do primeiro século a.C., ou seja, quando o reino indo-grego ainda não havia entrado em sua fase de decadência. Narain está menos interessado nelas precisamente porque, no momento em que escreve sua obra, o complexo havia sido efetivamente datado do século II d.C. (Narain, 1957: 94), o que até Tarn assumiria logo depois. Dessa maneira, a menção de Narain a essas inscrições é superficial, mas para nossos propósitos é significativa. Narain considera muito simplistas os argumentos que Tarn oferece para descartar a possibilidade de serem gregos. A evidência de invasores posteriores que chegaram à Índia e tomam parcialmente nomes locais é essencial para ele afirmar o que foi dito acima. Esses gregos (por que não?) estariam extremamente interessados na cultura e na religião indianas: "os gregos eram pessoas cultas que podiam discutir questões religiosas com monges budistas" (Narain, 1957: 94). Além disso, enfrentaríamos um caso claro de gregos convertidos ao budismo.

Não devemos ficar confusos e pensar que Tarn resiste nesse caso à possibilidade de indianização: pelo contrário, vimos que foi ele quem introduziu o problema na discussão. Em vez disso, é melhor ver aqui a clara diferença que ele estabelece entre a dimensão política e cultural na conquista grega da Índia. Como vimos, para o bom funcionamento de um reino implantado em condições nas quais os gregos eram minoria, era necessária a cooperação do nativo. A integração das elites indianas no espaço político da polis grega e, mais ainda, a presença de indianos na corte dos reis indo-gregos seria então uma amostra irrefutável da lógica dessa cooperação. Mas, ao mesmo tempo, o fato de não ser o caso de um grupo de gregos adotando nomes indianos não está pautando a distância cultural entre conquistador e conquistado, fundamental para manter a ordem política. Narain, pelo contrário, ataca essa concepção destacando a facilidade com que o conquistador se funde com o conquistado. E embora essa possibilidade, como dissemos, esteja presente no pensamento de Tarn, é evidente que, para ele, é antes de tudo um perigo para a dominação, enquanto Narain assume a indianização como um fato óbvio, não problemático em si e totalmente esperado. A Índia venceu, afirma Narain.

E mesmo nos pilares dessas cavernas, as evidências foram gravadas para sempre na rocha.

## **Conclusão**

Apresentamos aqui, em primeiro lugar, as raízes historiográficas dos paradigmas mais influentes no estudo da Índia durante o período helenístico, bem como ilustramos alguns de seus pontos fundamentais, contrastando-os entre si. Durante um tempo, após a independência da Índia, os historiadores deste país se dedicaram a responder a seus antecessores, caindo em excessos comparáveis aos desses últimos. A causa de tudo isso é o uso político que foi dado à história no presente dos autores: por um lado, tentou-se justificar e descrever a operação do imperialismo ocidental sobre a Índia e, por outro, aumentar a autonomia, a permanência e resistência desta região.

É interessante verificar que, com base em uma base teórica comum (um conceito de cultura substancialista, isto é, como algo dado, uniforme e fechado), eles acabaram construindo interpretações especulativas e inversas, mas reflexos mútuos dos fatos. Os excessos do colonialismo foram homologados pelos nacionalistas quando procuraram sua própria história e local. Assim, na realidade, a idéia nacionalista de imutabilidade das características culturais da sociedade dominada precisa, antes de tudo, do raciocínio colonialista, que abre a porta por meio da insistência na necessidade de tal imutabilidade nos dominadores. Da mesma forma, o que para alguns era o "perigo" de se fundir com os nativos, para outros, tornou-se o fundamento da forte resistência local, que acabaria conquistando os conquistadores. Parece que no fundo o jogo dicotômico das culturas superiores/inferiores simplesmente se inverte.

O que sustenta essas abordagens é a concepção comum de cultura como algo dado, fechado e com a possibilidade de permanecer idêntico ao longo do tempo. É óbvio que essa comprovação é um conceito muito rígido para os padrões atuais. No entanto, estudar a evolução desse problema e qual é o seu status atual excede a problemática abordada por este trabalho. É uma linha aberta para pesquisas futuras.

## Bibliografia

BHABHA, H. K. The other question: difference, discrimination and the discourse of colonialism. *Screen*. Oxford: Oxford University Press, vol. 24, 6, 1983, p. 18-36.

CROCE, B. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza & Figli, 1920.

FAUCONNIER, B. Graeco-Roman merchants in the Indian Ocean: Revealing a multicultural trade. *Topoi. Orient-Occident*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, suppl. 11, 2012, p. 75-109.

FAUCONNIER, B. Ex occidente imperium. Alexander the Great and the rise of the Maurya Empire. *Histos, the New Electronic Journal of Ancient Historiography*, vol. 9, 2015, 120-173.

GRIMSON, A. *Los límites de la cultura. Crítica de las teorías de la identidad*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2011.

LEWIS, D. Anthropology and colonialism. *Current Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press Books, vol. 14, 5, 1973, p. 581-602.

NARAIN, A. K. *The Indo-Greeks*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

NARAIN, A. K. Alexander and India. *Greece & Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 12, 2, 1965, p. 155-165.

NEHRU, J. *Discovery of India*. Londres: Penguin UK, 2008.

PRAKASH, G. Postcolonial Criticism and Indian Historiography. *Social Text*. Durham: Duke University Press, vol. 31/32, 1992, p. 8-19.

PRAKASH, G. Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 32, 2, 1990, p. 383-408

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018.

SINGH, A. K. History of Greeks of the ancient Indian north-west: looking ahead of controversies to major issues. *Indian Historical Review*. Newbury Park: Sage Publications, vol. XXXII, I, 2005, p. 1-34.

TARN, W. W. (1938). *The Greeks in Bactria and India*. Londres: Cambridge University Press.

THAPAR, R. *Aśoka and the decline of the Mauryans*. Oxford: Oxford University Press, 1961.

THAPAR, R. Ideology and the Interpretation of Early Indian History. *Review (Fernand Braudel Center)*. Nueva York: Research Foundation of State University of New York, vol. 5, 3, 1982, p. 389-411.

THAPAR, R. *The Penguin History of early India from the origins to AD 1300*. Londres: Penguin Books, 2002.

THAPAR, R. *The Past Before Us: historical Traditions of early north India*. Londres: Harvard University Press, 2003.

VOFCHUK, R. C. *Budismo y mundo grecorromano*, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, 2001.

WULFF ALONSO, F. *Grecia en la India, El repertorio griego del Mahābhārata*, Madrid: Akal, 2008.

WULFF ALONSO, F. Cuando Hércules le espantaba las moscas a Buda. Negando el mundo grecorromano en la India. In: SANCHO ROCHER, L. (coord.) *La Antigüedad como paradigma: Espejismos, mitos y silencios en el uso de la historia del mundo clásico por los modernos*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2015.